



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1016525-69.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Contratos Bancários**
 Requerente: **Maria Aparecida da Conceição Cordeiro**
 Requerido: **FIC FINANCEIRA ITAU CDB SA**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO CORDEIRO propõe ação declaratória de nulidade de dívida c.c. pedido de indenização contra **FIC FINANCEIRA ITAÚ CDB S/A**. Alegou, em resumo, que comprou produtos (2 aparelhos telefônicos celulares e 1 chip) e realizou parte do pagamento por meio do cartão de crédito "Extra", administrado pela ré, efetuando 18 pagamentos mensais de R\$ 82,50 cada. Apesar de ter feito todos os pagamentos corretamente, a requerida efetuou diversas cobranças indevidas alegando que restavam parcelas a pagar, vindo, inclusive, a inscrever o nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito. Requer a declaração de nulidade da dívida e o pagamento de indenização.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 08/37.

A gratuidade foi indeferida (fl. 45).

A requerida foi citada (fl. 65), apresentando contestação (fls. 66/120). Alegou que não há provas sobre os pagamentos; que o comprovante de pagamento está ilegível; que o débito é legítimo e que há culpa da autora. Impugnou a alegação de danos morais.

Réplica às fls. 124/129. Entre outras coisas, alegou que há provas do pagamento, consoante fls. 18 e 30.

A antecipação da tutela foi deferida (fl. 130), para a exclusão do nome da autora dos cadastros de inadimplentes.

A requerida informou que não tem mais provas a produzir (fl. 139), e a autora não se manifestou sobre as provas que pretende produzir (fl. 140).

É o relatório.

Fundamento e decido.

O caso é de julgamento antecipado, na forma do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil. Efetivamente, a questão de mérito a ser analisada é de direito e de fato, mas não se mostra necessária a produção de provas em audiência. Os documentos apresentados pelas partes,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

com a inicial e contestação, permitem o deslinde da causa.

Trata-se de ação de inexigibilidade de débitos, combinada com pedido de indenização por danos morais em razão da negativação indevida do nome da autora.

Nesse contexto, qualquer pretensão indenizatória lastreia-se nos seguintes elementos: conduta, dano (moral ou material), nexo de causalidade e culpa, salvo se decorrente de responsabilidade objetiva, como é o caso dos autos.

Com efeito, a responsabilidade civil das prestadoras de serviços é objetiva, face ao disposto no art. 14, “caput”, do Código de Defesa do Consumidor.

Em consequência, a ré é que fica com o ônus de provar a existência de uma das causas excludentes de sua conduta, sob pena de surgimento do dever de indenizar.

Isso porque a autora demonstrou a compra realizada (fls. 11/12), bem como todos os pagamentos das parcelas, consoante fls. 13/31.

Assim, não há que se falar em ausência de prova dos pagamentos. Ainda que o comprovante referente ao vencimento do mês de junho/2014 esteja com a visibilidade bastante ruim (fl. 18), é possível, em cotejo com os outros comprovantes, concluir claramente que o pagamento daquela parcela foi realizado. A imagem ampliada à fl. 31 corrobora essa conclusão.

Observa-se, dessa forma, que a conta fora devidamente adimplida pela requerente, sendo notável que isso não ocorreu após a inscrição de seu nome no rol de maus pagadores.

Em suma, restando evidente que não há débito, mediante comprovantes de pagamento de fls. 13/31, o pedido de inexigibilidade da cobrança deve ser atendido.

Denota-se do ocorrido que houve equívoco no repasse do valor pelo agente arrecadador à ré; ou no reconhecimento do valor pago pela própria ré; no entanto, por isso não pode a consumidora ser lesada.

Ademais, não se olvida que, na atualidade, a inserção do nome do consumidor nos órgãos de restrição ao crédito, sem que tenha dado causa ao ato, acarreta transtornos e constrangimentos a qualquer cidadão, sendo, pois, apta a desencadear sofrimento moral, como ocorreu na hipótese em tela.

Inconteste o ato ilícito da espécie abuso de direito, já que a requerida abusou da prerrogativa a ela conferida, violando a limitação imposta pelo “caput” do art. 42, da Lei 8.078/90.

A demonstração do prejuízo é de todo irrelevante, conforme ampara nossa jurisprudência. O STF tem proclamado: “Cabimento de indenização a título de dano moral, não sendo exigível a comprovação do prejuízo” (RT 614/236).

Delineada a responsabilidade da ré em indenizar o autor, resta a estipulação do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

valor indenização.

Deveras, a fixação da indenização deve considerar não só o aspecto ressarcitório, como também o punitivo. Não pode ser inexpressiva, nem fonte de enriquecimento. A finalidade é abrandar a dor, ainda que tal sofrimento não seja passível de compensação financeira (cf. Apel. n. 743.885-1/SP, 1º TACSP, 12ª Câ. Esp. Jul./97, j. 28.08.97, v. u.; Apel. n. 679.554-2, Batatais, 1º TACSP, 12ª Câ. Esp. Jul./97, j. 24.04.97, v. u.; Apel. n. 713.573-7, Osasco, 1º TACSP, 12ª Câ. Esp. Jan./97, j. 18.02.97; RT 714/156, 641/182, 645/121; JTA (LEX) 140/156, 139/199 e 138/208).

Nesse sentido, arbitro a indenização no valor de R\$ 10.000,00.

O valor assim delimitado é hábil a reparar o dano sem constituir de modo algum indevido enriquecimento a quem teve tantos transtornos para superar o gravame. Não se despreza ainda a ocasião de o evento trazer lembranças pedagógicas e de civilidade para novas incidências.

Por fim, os valores lançados na fatura de vencimento em 11/08/2014, sob a rubrica " Estorno do crédito Prov" e "reembolso desp cobrança", totalizando o valor de R\$ 89,43, devem ser devolvido à autora, posto que não houve qualquer justificativa sobre a cobrança, o que é essencial para a lisura dos pagamentos.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos iniciais, para declarar inexigível o débito referido na inicial e outros dele eventualmente originários; para condenar a ré no pagamento de indenização por danos morais, em valor que arbitro em R\$10.000,00, atualizável a partir desta sentença (juros moratórios e correção monetária, visto que o fator tempo já fopi utilizado na eleição do *quantum*); e para condenar a ré ao pagamento à autora de R\$ 89,43, corrigidos monetariamente desde o pagamento pela autora, e com juros de mora de 1% desde a citação.

Julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil.

Pela sucumbência, condeno o requerido em honorários advocatícios, arbitrados em 10% sobre o valor da condenação, atualizada, bem como no pagamento de custas finais e reembolso das havidas pelo autor, igualmente corrigidas.

Oficie-se para exclusão definitiva do nome da autora do cadastro de negativação, exclusivamente com relação ao débito constante da inicial, tornando definitiva a antecipação de tutela.

Oportunamente, archive-se.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 18 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**